

## ***A Família: Análises e questionamentos sobre o movimento feminista de Primeira Onda no Brasil***

Nayara Aparecida Moura

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

### **RESUMO**

As feministas do movimento conhecido como *primeira onda* utilizaram as letras como estratégia de militância na luta pela conquista de direitos. Ao adentrar gradualmente no universo jornalístico tradicionalmente masculino, as mulheres ganharam visibilidade, força e espaço para suas lutas de gênero. Assim, buscou-se investigar e analisar a *primeira onda* do movimento feminista no Brasil através do jornal *A Família*, veiculado inicialmente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Criando uma rede feminista que contava com a participação de mulheres de norte a sul do Brasil, o jornal criado por *Josephina Álvares de Azevedo* foi importante para incentivar a emancipação das mulheres do final do século XIX, lutar por direitos e divulgar as conquistas femininas ao redor do país.

**Palavras-chave:** História das Mulheres; Movimento Feminista de Primeira Onda; Jornais; Escrita Feminina.

## ***A Família: Analysis and questions about the First Wave feminist movement in Brazil***

---

### **ABSTRACT**

The feminists of the first wave used the letters as a strategy of militancy in the fight for the feminine emancipation and the conquest of rights. By gradually entering the traditionally male journalistic universe, women gained visibility, strength and space for their gender struggles. From this perspective, we sought to investigate and analyze the First Wave of the feminist movement in Brazil through the newspaper *A Família* initially broadcast in São Paulo and later in Rio de Janeiro. Creating a feminist network that counted on the participation of women from north to south of Brazil, the newspaper created by Josephina Álvares de Azevedo, was important to encourage the emancipation of women of the late nineteenth century, fight for rights and publicize women's achievements to the around the country.

**Keywords:** Women's History, First Wave of Feminist Movement; Newspapers; Women's Writing.

## ***A Família: Análisis y cuestionamientos sobre el movimiento feminista de la primera ola en Brasil***

---

### **RESUMEN**

Las feministas del movimiento conocido como la primera ola usaron las letras como una estrategia militante en la lucha por la conquista de derechos. A medida que ingresaron gradualmente al universo periodístico tradicionalmente masculino, las mujeres ganaron visibilidad, fuerza y espacio para sus luchas de género. Por lo tanto, buscamos investigar y analizar la primera ola del movimiento feminista en Brasil a través del periódico *A Família*, publicado inicialmente en São Paulo y luego en Río de Janeiro. Al crear una red feminista en la que participaban mujeres de norte a sur de Brasil, el periódico creado por Josephina Álvares de Azevedo fue importante para fomentar la emancipación de las mujeres de finales del siglo XIX, luchar por derechos y difundir los logros de las mujeres en todo el país.

**Palabras clave:** Historia de las Mujeres; Primera Ola del Movimiento Feminista; Periódicos; Escritura Femenina.

## Introdução

Os jornais exerciam (e ainda exercem) uma grande influência tanto no nascimento quanto na propagação de informações e opiniões. Devido ao fato de sua circulação ser maior que a do livro, os jornais possuem um caráter de leitura mais coletiva (CHARTIER, 2001), já que a multidão tinha um maior acesso e interesse pela sua leitura. O jornal, então, se tornou uma poderosa ferramenta de influência sugestiva social que nos permite compreender traços morais, sociais, políticos e ideológicos do passado.

Nesta perspectiva, este artigo busca analisar a *primeira onda* do movimento feminista no Brasil a partir dos escritos de Josephina Álvares de Azevedo no jornal feminista *A Família*. Com circulação semanal na capital paulista, o *jornal literário dedicado à educação da mãe de família*, tinha como proprietária a senhora Josephina Álvares de Azevedo e contou com a colaboração escrita de várias senhoras em colunas críticas e literárias. Trata-se então de um jornal organizado, escrito e lido por mulheres, que as tinha como público-alvo e veiculava a visão ideológica, social e histórica das mulheres letradas da época, tanto de São Paulo, quanto de outros Estados. Em suma, um jornal que narra uma história de mulheres, com suas formas de pensar, se expressar e se reconhecer como sujeitos.

Mas, o que se entende aqui por ‘História das Mulheres’? Segundo Michelle Perrot (2007), durante séculos, a História foi escrita por homens e para homens, construindo heróis e enaltecendo os grandes feitos masculinos. As mulheres não apareceram na História tradicional, foram apagadas, silenciadas, esquecidas. O silêncio das mulheres na escrita da História se deve ao próprio silêncio feminino nas fontes históricas até então usadas na historiografia. As mulheres deixaram poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Em primeiro lugar porque, em grande escala, seu acesso à educação foi tardio; em segundo lugar porque elas mesmas destruíam suas ‘produções’ (diários, fotografias, livros de receita, entre outros) por julgá-los sem interesse. Isto, porque foram convencidas durante toda a vida que eram apenas mulheres e a forma com que viviam, pensavam e agiam não tinha significância.

Em contrapartida a esse silêncio estabelecido das fontes, existe um excesso de discursos e representações sobre as mulheres feitas por homens de todos os tempos: textos, pinturas, esculturas e fotografias. Representações sobre o que as mulheres são e de como elas devem se comportar, abordando sempre a visão e o imaginário masculino sobre a mulher (PERROT, 1988). Georges Duby, na introdução do livro *Images de femmes*, enfatiza o que significava, para ele, uma obsessão enigmática: a força da iniciativa masculina que reduz as mulheres a espectadoras, mais ou menos submissas, de si mesmas.

“As mulheres não representavam a si mesmas”, escreve ele. “Elas eram representadas. [...]” (DUBY, 1992 apud PERROT, 2007, p. 23).

Isso começou a mudar quando as correntes revisionistas marxistas da década de 1960, vinculadas ao movimento da história social, começaram a produzir estudos sobre os grupos ultrapassados pela história, as massas populares sem um nível organizacional significativo e, também, as mulheres do povo (SOIHET, 1997). A onda crescente do movimento feminista na década de 1960 e 1970 foi o fator principal para que verdadeiramente surgisse a História das Mulheres. Para Tilly (1990), o que distingue a história das mulheres das outras histórias sociais é o fato dela ter sido consequência e causa de um movimento social: ela foi escrita a partir de convicções feministas.

Certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros de organizações feministas ou de grupos de conscientização, quer elas se definissem ou não como feministas, seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980 (TILLY, 1990, p. 3).

É na esteira das reflexões acerca da História das Mulheres e do papel da mulher na sociedade que o artigo busca analisar o *Feminismo de Primeira Onda* no Brasil a partir dos escritos de Josephina Alvares de Azevedo no jornal *A Família* durante os anos de 1888, um ano antes da Proclamação da República, até 1894 – ano em que houve a primeira eleição presidencial direta no país. O jornal contou com a colaboração de inúmeras escritoras de norte a sul do país, que abraçaram a causa da emancipação feminina junto com Josephina. Porém, esse artigo tem seu recorte de pesquisa feito nos escritos de Josephina, trazendo a percepção política e social da fundadora e proprietária do jornal, tendo em vista a importância de valorizar as vozes, os sujeitos e os saberes femininos em todos os tempos.

## O nascimento do Feminismo

É importante ressaltar que *feminismo* é um conceito bastante flexível e complexo que abrange processos de transformações, rompimentos e resistências. Devido à grande diversidade de posicionamentos, muitas autoras utilizam o termo *feminismos* no plural em oposição ao feminismo no singular (CASTRO, 2000; COSTA e SARDENBERG, 1994; RAGO, 2006; SOIHET, 2006; dentre outras). A abordagem plural dessas autoras não está relacionada apenas à apresentação das diferenças dentro dos *feminismos*, mas ao

reconhecimento e à valorização de cada aspecto particular como uma grande riqueza para o movimento. Os feminismos de cada época, em cada cultura, com as diversas estratégias de militância utilizadas e os vários segmentos teóricos e sociais, foram importantes nas lutas em favor à igualdade de gêneros e à emancipação feminina.

Para este artigo em particular, foi escolhido usar o termo *feminismo* no singular. Essa opção não se atrela à ideia de um movimento homogêneo, antagônico à História ou culturalmente fixo, mas se baseia na compreensão de um segmento comum a todos os *feminismos*: a luta pela igualdade entre os gêneros, pela ressignificação do papel da mulher na sociedade e pela emancipação e autonomia das mulheres. Segundo Zirbel (2007), esse segmento comum pode ser encontrado em diversos grupos de diversos contextos históricos. Para a autora, “as particularidades acontecem devido à interpretação das diferentes opressões vividas por cada grupo, inserido em cada momento histórico e nas estratégias adotadas para a superação das desigualdades e na conquista da emancipação desejada” (ZIRBEL, 2007, p. 17).

Segundo Costa e Sardenberg (2007), o *feminismo* como movimento social é em sua essência moderno; tem suas raízes atreladas aos ideais liberais de igualdade evidenciados na Revolução Francesa de 1789. Ainda que a *igualdade* fosse clamada para todos, o conceito na prática ficou limitado apenas às classes dominantes e, como bem estabeleceu a ‘Declaração dos Direitos do *Homem*’, só entre os homens. Porém, o rompimento com o isolamento doméstico trazido pela Revolução Industrial e os trabalhos femininos fabris, juntamente com os ideais de igualdade circulantes no período, levaram as mulheres a perceberem a exploração e a opressão em que viviam. Foi através dessa consciência de submissão que se deu origem ao *movimento feminista* no final do século XVIII, sendo consolidado no século XIX em muitos países europeus e nos Estados Unidos e, posteriormente, nos países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista (COSTA, 2006). Essa primeira fase do feminismo mundial é conhecida como *Feminismo de Primeira Onda*:

O feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas “ondas”. O feminismo de “*primeira onda*” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos –como o de votar e ser eleita–, nos direitos sociais e econômicos –como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de “*segunda onda*” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado –entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político” (PEDRO, 2005, p.79).

No Brasil, o pensamento feminista e o *Feminismo de Primeira Onda* surgem no século XIX, introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) cuja publicação das obras *Conselhos à Minha Filha* (1842), *Opúsculo Humanitário* (1853) e *A Mulher* (1856), junto com a tradução da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, *A vindication of the Rights of Women* (1832), simboliza o despertar de uma consciência crítica sobre a condição das mulheres na sociedade (COSTA e SARDENBERG, 2007). Nísia Augusta nasceu no Rio Grande do Norte, residiu em Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro; logo depois se mudou para a França e veio a falecer em Paris. As autoras afirmam que o *Feminismo de Primeira Onda* não nasceu no Brasil, mas foi trazido por Nísia:

E aqui está a marca diferenciadora deste momento histórico: a nossa primeira onda, mais que todas as outras, vem de fora, de além mar, não nasce entre nós. E Nísia Floresta é importante principalmente por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa, e feito a tradução cultural das novas idéias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileira. Ao se apropriar do texto europeu para superá-lo, ela se insere numa importante linhagem antropofágica da literatura brasileira, que desde Gregório de Matos estava inaugurada. Na deglutição geral das idéias estrangeiras, era comum promover-se uma acomodação das mesmas ao cenário nacional, e é o que ela faz. Tanto que o título de seu livro contém não apenas a idéia dos rights of woman, mas também "a injustiça dos homens". (COSTA; SARDENBERG, 2007, p. 25).

A concepção de onda, como um evento, está definida em Kristeva (1979), ao ser feita a distinção entre as gerações de feministas francesas antes e depois de 1968 (MACHADO, 1992). Porém, essa divisão tradicional dos movimentos feministas em ondas (primeira, segunda e terceira) recebe muitas críticas. Várias autoras defendem que pensar o movimento feminista a partir do conceito de ondas leva a entender que as reivindicações da primeira onda estavam completamente resolvidas quando se alcançou a segunda onda, num sentido progressista, ou que fora dos períodos abrangidos pelas ondas, houve um intervalo sem atividades. E ainda pode levar a ignorar o fato de que, existiram diversos tipos de movimentos feministas dentro da mesma onda. Nessa perspectiva, Costa (2009) afirma:

Diferenciados por conjunturas, os feminismos, assim, são vistos, em geral, como irrupções em que, de repente, não mais que de repente, mulheres diversas se juntam, mostram-se “írmãs” na agitação de “causas” ou motivações

políticas que se avolumam e que avançam como onda. Esta, depois de atingir um ponto alto, desce, invadindo os mais variados territórios, em diversos tempos; em seguida, tudo parece dissipar-se. Diria que um maior rigor na produção do conhecimento dessas “causas” /motivações depende, sim, de pesquisa de fontes, mas sob uma leitura orientada por conceitos que admitam esses movimentos conjunturais como partes de um vasto tecido social, em grande medida, submersas, vindas de diferentes tempos históricos, trançadas entre si e que avançam em infinitas combinações de “ramificações”, continuadas ou não, sinalizando movimentos e transformações de visões de mundo, como nos sugere Joana Maria Pedro, ao recorrer ao mencionado conceito de rizoma (COSTA, 2009, p. 4).

Entretanto, nessa pesquisa foi escolhido trabalhar com o conceito de *ondas* no sentido de se constituir marcos temporais históricos. O que se defende é que, de acordo com o período tratado, os movimentos feministas apresentavam demandas específicas, que foram se transformando conforme as mudanças sociais, políticas e históricas. Essa divisão em *ondas* pode ser útil na realização de análises sobre os avanços alcançados pelos movimentos e sobre as mudanças e permanências dentro das práticas e das teorias feministas. Para que tais compreensões sejam alcançadas, é necessário conhecer o que abrange cada período histórico, que foi designado como uma *onda do feminismo*.

Uma das principais críticas feitas por Davis (2016) ao feminismo de primeira onda mundial é que esse movimento representava basicamente as bandeiras e demandas das mulheres brancas, letradas e das classes mais altas da sociedade. A interseccionalidade de raça, classe e gênero não foi abordada na primeira onda; assim, as pautas de mulheres negras, indígenas, periféricas, lésbicas ou transexuais não foram levantadas nesse período, vindo apenas em ondas posteriores. Davis (2016) afirma que a questão racial foi marginalizada nos debates feministas hegemônicos, ou relegada a um assunto de mulheres negras apenas.

Mesmo com a exclusão das pautas sociais e raciais na primeira onda feminista, essa pesquisa considera a importância de tal onda no Brasil e no mundo. Além de ter sido a ponta inicial para o pensamento de classe entre algumas mulheres, o seu reconhecimento como sujeito e a constituição de um movimento social e político feminino, a primeira onda trouxe a abertura para as ondas posteriores, menos excludentes e mais abrangentes. Todas as pautas reivindicadas nesse momento pelas feministas brasileiras como: o direito ao trabalho, o direito à educação básica e superior, o direito de votar e ser votada, o direito de participar de concursos públicos, a legalização do divórcio... foram, mais cedo ou mais tarde, alcançadas, e isso é uma grande vitória para todas as mulheres do Brasil.

## O Brasil no contexto da primeira onda

Com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, importantes reformas econômicas e políticas foram feitas na Colônia que abriram os caminhos para a Independência do Brasil. Dentre tais reformas está a impressão do primeiro jornal na Colônia em 1808, visto que a impressão de jornais era antes proibida pela Coroa Portuguesa. O jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* foi fruto da Impressão Régia e seguiu os padrões de seu similar, o jornal *Gazeta de Lisboa* que circulava em Portugal antes da saída da família real (GOMES, 2009). Aos poucos, novos hábitos foram instituídos e o número de pessoas que frequentavam espetáculos e compravam livros se ampliou; os romances e novelas europeus chegaram à cidade do Rio juntamente com a moda dos jornais e folhetins. Em 1822, o jornal recifense *Sentinela da Liberdade* publicou um manifesto assinado por mais de 120 mulheres da Paraíba:

[...] elas afirmaram que compunham ‘metade da sociedade humana’ e que também desejavam *reassumir* os direitos que lhes haviam sido usurpados, ‘quebrando os vergonhosos ferros da vil escravidão em que jazíamos’. Por direito, elas disseram: ‘queremos entrar na partilha e glória do Brasil’ (TELLES, 2004, p.338).

Telles (1993) afirma que o Brasil foi o país latino-americano onde houve maior empenho do jornalismo feminista. O primeiro desses jornais foi *O Jornal das Senhoras* (1852) editado por Joana de Paula Manso; depois veio o *Belo Sexo* (1862) dirigido por Julia de Albuquerque Aguiar; *O Sexo Feminino* (1873) editado por Francisca Senhorinha Diniz; *O Eco das Damas* (1879) de Amélia Carolina Couto; *O Direito das Damas* (1882) de Idalina D’Alcântara Costa e vários outros, inclusive o jornal *A Família* (1888) de Josephina Álvares Azevedo (TELLES, 1993) que se baseava no lema: *Mulher instruída, Mulher emancipada*<sup>1</sup>. “Josephina também escreveu a peça teatral: *O Voto Feminino*, em 1890, e teve grande sucesso de público no Rio de Janeiro” (BANDEIRA e MELO, 2010, p.13). Zahidé Muzart (2003) defende que:

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina



no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente (MUZART, 2003, p. 267).

Foram tantos jornais fundados por mulheres que buscavam esclarecer as leitoras e fazer reivindicações emancipatórias objetivas, que chegaram a formar uma rede, de norte a sul, atentos às publicações e ações das mulheres (TELLES, 2004). A principal causa abordada foi o sufrágio, direito de votar e ser votada, mas ela não foi a única. Em todo o país houve a organização de associações femininas e manifestos em jornais voltados para a causa abolicionista (BANDEIRA e MELO, 2010); para o direito das mulheres de frequentar a escola de 1º grau (1827) e ao ensino superior (1881) (TELLES, 1993); a legalização do divórcio (MARQUES, 2006); o direito a participar de concursos e cargos públicos (TELLES, 1993) e outros. A maior parte dessas mulheres eram republicanas. Hahner (1981) defende que as aspirações das mulheres pela conquista de direitos jurídicos e políticos foram estimuladas pelo pensamento republicano:

O fermento da agitação republicana dos fins da década de 1880 não apenas fortaleceu o desejo feminista por direitos políticos como também deu às mulheres argumentos adicionais em favor do sufrágio e oportunidades de procurar o voto. A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ofereceu inicialmente a possibilidade de uma estrutura política mais fluida e aberta, com a extensão do voto, em teoria, a todos os homens alfabetizados, a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política (HAHNER, 1981, p. 80).

Nesse período, a escrita em jornais, mesmo que em jornais masculinos, equivalia ao ingresso no grupo dos cidadãos ativos da sociedade; dava a algumas mulheres o aval para frequentar ambientes de predominância masculina, discursar sobre política e defender a educação igualitária entre os gêneros (GOMES, 2009). Porém, nem todas as mulheres podiam disputar a vaga na inserção social que vinha das letras. Gomes (2009) afirma que esses periódicos eram mais acessados pela elite brasileira devido ao seu custo e a alta taxa de analfabetismo das camadas populares, dando o início assim à formação de uma classe feminina privilegiada e leitora de jornais.

Os jornais, portanto, passavam a convidar a face mais privilegiada do gênero feminino, isto é, as mulheres letradas, conforme as palavras do Espelho Diamantino “as mais habeis” ou no discurso do O Mentor das Brasileiras as

“estudiosas Brasileiras”, a passarem algum tempo durante os dias lendo suas folhas repletas de instrução (política, cívica, moral...), de argumentos contra a malícia de seus detratores e de entretenimento (novidades literárias, moda...) (GOMES, 2009, p.26).

O perfil das leitoras e escritoras no século XIX e XX era quase padrão: elas eram mulheres cultas e educadas, com predominância branca e de classe média alta. Muitas delas haviam tido formação internacional, eram bilíngues ou possuíam ascendência europeia. Só por terem tido acesso à educação, já eram distintas da grande parte das mulheres da época; além de dominarem bem a leitura e a escrita, tinham tempo disponível para se dedicar a outros afazeres que não fossem os domésticos. Muitas vezes, as escritoras recebiam influências de pais, maridos e irmãos jornalistas, escritores ou professores (CASADEI, 2011).

Ainda que a *Mulher de Letras*<sup>2</sup> (DUARTE, 2009) fosse a principal forma de militância feminista no século XIX e início do século XX, ela não foi a única. Houve também uma intensa atividade das mulheres operárias que aderiram à ideologia anarquista, reunidas na *União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas*, reivindicando a igualdade salarial e de jornadas de trabalho entre homens e mulheres (PINTO, 2010). Em 1910, o *Partido Republicano Feminino* foi fundado pela professora Deolina Dalho; em 1917 ela promoveu uma passeata com quase 100 mulheres a favor do voto feminino no Rio (TELLES, 1993). Em 1918, ao voltar de um longo período de estudos em Paris, a bióloga Bertha Lutz criou a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino* (FBPF) que tinha como objetivo promover as lutas jurídicas e políticas das mulheres da época (PINTO, 2003).

Em 1920, foi criada a *Liga para a Emancipação Internacional da Mulher* pela professora Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz; um grupo de estudos cuja militância principal era lutar pela igualdade política das mulheres (TELLES, 1993). Em 1922, após voltar dos Estados Unidos onde esteve representando o Brasil no *Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho* e na *I Conferência Pan-Americana da Mulher*, Bertha organizou o *Congresso Internacional Feminista* no Rio de Janeiro (PINTO, 2003). Elvira Komel, a primeira mulher mineira eleitora (1928), abriu a primeira banca feminina de advocacia em Belo Horizonte com apenas 23 anos de idade. Em 1930, Elvira criou o *Batalhão Feminino João Pessoa* e alistou 8 mil mulheres que trabalharam na retaguarda do movimento revolucionário (PINTO, 2003).

O que alguns chamam de revolução de classes médias (SANTA ROSA, 1933), outros conceituam como um golpe burguês (DEDECCA, 1981); fato é que o movimento

armado ocorrido em 1930, no qual o *Batalhão Feminino João Pessoa* participou, pôs fim ao período político e econômico brasileiro conhecido como *República Velha*, ou *Primeira República*. Esse período durou desde a Proclamação da República em 1889, até 13 presidentes depois, em 1930. No contexto da República Velha, os governantes eram escolhidos pelas oligarquias rurais de Minas Gerais e São Paulo, que se revezavam na Presidência, na chamada *Política do Café com Leite*: ainda que as eleições fossem diretas, eram restritas aos homens que tinham posses e escolaridade. Porém, no dia 24 de outubro, o presidente Washington Luís foi deposto, a posse do candidato Júlio Prestes foi impedida e o presidente Getúlio Vargas assumiu a chefia do *Governo Provisório*, marcando o fim da República Velha.

Elvira Komel também promoveu o *I Congresso Feminino Mineiro* em 1931 e faleceu em 1932 (PINTO, 2003) aos 26 anos de idade. Todas essas movimentações feministas resultaram na conquista de vários direitos às mulheres no Brasil, principalmente o de votar e ser votada, ocorrida em 1932 ainda no governo de Getúlio Vargas:

Se lembrarmos que feminismo foi um movimento legítimo que atravessou várias décadas, e que transformou as relações entre homens e mulheres, torna-se (quase) inexplicável o porquê de sua desconsideração pelos formadores de opinião pública. Pode-se dizer que a vitória do movimento feminista [da época] é inquestionável quando se constata que suas bandeiras mais radicais tornaram-se parte integrante da sociedade, como, por exemplo, mulher frequentar universidade, escolher profissão [...], candidatar-se ao que quiser... Tudo isso, que já foi um absurdo sonho utópico, faz parte de nosso dia a dia e ninguém nem imagina mais um mundo diferente (DUARTE, 2003, p. 81).

Mesmo com todas essas conquistas feministas, diferente do que aconteceu em outros países, no Brasil houve uma forte resistência em relação à palavra *feminismo*. O movimento antifeminista do século XIX e XX foi muito “competente” ao disseminar socialmente a imagem da *mulher feminista* como oposta de *feminina* (DUARTE, 2003). Segundo Pedro (2013) até o final dos anos 1980, poucas mulheres aceitavam o rótulo de *feminista*, porque, no senso comum, ainda prevalecia à ideia de que o feminismo era uma luta de mulheres feias, lésbicas, ressentidas, masculinizadas, mal-amadas e *antihomens*. As pessoas antifeministas, diferente das feministas, argumentavam que se a mulher assumisse funções socialmente masculinas, ela desenvolveria características inapropriadas e incompatíveis com a natural função primeira da mulher: a maternidade (VANIN, 2011).

Assim, mesmo tendo lutado durante anos pela emancipação feminina da época,

muitas mulheres que pertenceram ao *Feminismo de Primeira Onda* não queriam ser associadas ao estereótipo de feminista; “definir-se como feminista no Brasil era um grande risco” (PEDRO, 2013, p. 835). No pensamento social da época, “a mulher se tornaria fria, mundana, imoral e estaria fugindo do que foi ‘estabelecido pela natureza’ caso se tornasse feminista” (VANIN, 2011, p. 167). E mesmo recusando tal título, muitas mulheres ainda foram perseguidas socialmente, como foi o caso de Nísia Floresta que se mudou para a Europa após ser vítima da perseguição da imprensa; no exílio a escritora se tornou amiga de *Auguste Comte* e morreu na França em 1885 (TELLES, 1993).

## A análise de jornais

A sociedade em que vivemos é de natureza móvel; sua estrutura é o resultado do ajuste dinâmico entre seus elementos (indivíduos e grupos) que, coordenados em torno de certas instituições sociais, levam a um desenvolvimento histórico mais acelerado. O papel fundamental que a informação ocupa nessa sociedade é o de contribuir, simultaneamente, para o processo de cristalização e indagação das estruturas sociais, permitindo estabelecer a coordenação necessária entre os indivíduos para que o processo de socialização aconteça.

As redes de comunicação são produzidas em todas as ordens sociais através da interação entre os indivíduos, instituições e grupos. No entanto, será conceituado apenas um tipo de comunicação social, a mais característica das sociedades avançadas: a *comunicação de massa*. Thompson (2002) define *comunicação de massas* como uma produção institucional, difusa e abrangida de bens simbólicos por meio da transmissão e armazenamento da informação a uma grande quantidade de receptores. Assim, *comunicação de massa* é aquela forma de comunicação em que as mensagens são transmitidas publicamente a um grupo disperso de pessoas de maneira quase unilateral; ou seja, dificilmente haverá interação entre remetente e destinatário durante ou após a emissão da informação.

Sobre o conceito de *massa*, Thompson (2002) adverte que

[...] o termo “massa” não deve ser tomado em termos estritamente quantitativos; o ponto importante sobre comunicação de massa não é que um determinado número ou proporção de pessoas receba os produtos, mas que os produtos estão, em princípio, disponíveis a uma pluralidade de receptores (THOMPSON, 2002, p. 287).

Sendo o jornal um meio de *comunicação de massas*, é importante que, antes da análise do conteúdo do periódico, se tenham informações sobre a história do jornal pesquisado. Quando e porque começou a ser produzido, quais ideologias permeavam o jornal, quem escrevia e quem lia e os contextos políticos, históricos e sociais em que ele estava inserido. Conhecer os caminhos por onde o jornal passou é essencial para uma análise mais densa do mesmo:

[...] a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns periódicos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc. Seu estudo é enriquecedor sobretudo quando se tem interesse pela História Social, História das Mentalidades e História das Ideologias [...] a imprensa age sempre no campo político-ideológico e portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados (ZICMAN, 1985, p. 89-90).

No que concerne aos procedimentos metodológicos da pesquisa em jornais, cabe ressaltar que o jornal não é apenas o resultado de um trabalho profissional de produção de textos, nem mesmo uma mera representação da realidade, mas o resultado de um processo de construção que começa com a compreensão da realidade na qual os eventos acontecem. Assim, Alsina (2009) define a notícia como uma representação social da realidade cotidiana, produzida numa instituição, que mantém ideologias e princípios, e que se manifesta na construção de um mundo possível: “A notícia é gerada numa instituição informativa que pressupõe uma complexa organização. Mas, além disso, o papel da mídia é institucionalizado e tem a legitimidade de gerar a realidade socialmente relevante” (ALSINA, 2009, p.14).

Se tratando de uma representação social, a notícia jornalística está inserida num processo produtivo que engloba, além de sua produção, sua circulação e consumo: “(...) a notícia é uma produção do discurso” (ALSINA 2009, p.15). Nesse sentido, a imprensa feminista buscava, ao produzir um discurso emancipador às mulheres leitoras, construir uma percepção social de liberdade feminina, disputando com as outras concepções vigentes no período. Visto que o discurso predominante era o masculino, que ditava a função da mulher na sociedade e seus deveres, os jornais feministas além de afrontar o sistema estabelecido, desafiavam o discurso dominante ao disseminar a reivindicação de seus direitos, na tentativa de modificar aquela realidade.

Ademais, o jornal interfere e contribui para a formação cultural das pessoas, sendo agente e objeto ao mesmo tempo. Assim, Capelato (1988) afirma que

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador busca estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais [...] Na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado. O historiador, ao estudar a imprensa, tem que levar em conta esses aspectos. Questionar a imagem “imprensa, espelho fiel da realidade”, implica um trabalho de reconstituição do real em suas múltiplas facetas (CAPELATO, 1988, p. 21-22).

Toda leitura é ao mesmo tempo, individual e coletiva; nem o leitor lê completamente como quer, livre de injunções e coerções, e nem a leitura é determinada pelos padrões sociais e culturais completamente. Ao discursar sobre a cultura escrita, Chartier (2001) chama atenção para duas limitações que os estudos de história literária, de teoria da recepção, de hermenêutica possuem e que devem ser ultrapassados numa análise da história cultural da leitura:

A primeira é que na tradição da história da literatura, e além da história da literatura, muitos trabalhos sobre textos esqueceram que estes não existem fora de uma materialidade que lhes dá existência. Esta materialidade geralmente é um objeto, um manuscrito ou um impresso, mas também pode ser uma forma de representação do texto sobre o palco, uma forma de transmissão vinculada às práticas da oralidade: recitar um texto, lê-lo em voz alta, etc. Todos esses elementos materiais, corporais ou físicos, pertencem ao processo de produção de sentido [...] A limitação seguinte, que se vincula à anterior, é que se abstrai não o texto, mas o leitor. Quando se disse que as formas do texto (orais, escritas ou dramáticas) importam na construção de sentido, não é menos importante o papel do leitor neste ato de produção cultural [...] Qualquer leitor pertence a uma comunidade de interpretação e se define em relação às capacidades de leitura; entre os analfabetos e os leitores virtuosos há todo um leque de capacidades que deve ser reconstruído para entender o ponto de partida de uma comunidade de leitura. Depois vêm as normas, regras, convenções e códigos de leitura próprios a cada uma das comunidade de leitura. Nisso consiste a maneira de dar uma realidade sociocultural à figura do leitor. Posso dizer, de maneira um pouco simplista, que se deve levar em consideração a materialidade do texto e a corporeidade do leitor, mas não só como uma corporeidade física (porque ler é fazer gestos) mas também como uma corporeidade social e culturalmente construída (CHARTIER, 2001, p. 30-32).

Excluídas de participarem efetivamente da vida social das cidades, impossibilitadas de ocuparem cargos públicos e impedidas de ter acesso à educação básica e superior, grande parte das mulheres no século XIX estavam confinadas ao espaço privado. Elas viviam fechadas dentro de casas, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos, senhores (TELLES, 2004). Essa divisão sexual dos espaços, tida como ‘ordem social’, funciona como um mecanismo de repressão e dominação masculina:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2012, p.18).

Ao adentrar no universo jornalístico tradicionalmente masculino, além de romper com os limites do privado, as escritoras utilizaram o jornal como um meio de politização do cotidiano feminino, se inserindo gradualmente nos debates políticos da época e lutando por seus direitos (GOMES, 2009). Os periódicos se transformaram em veículos onde essas escritoras se expressavam, construíam seus pontos de vista e suas representações sobre si mesmas, tornando sua ‘fala’ pública e, em alguns casos, mobilizadora.

## Uma Mulher de Flores de Aço

De certa forma, ainda há um silêncio sobre a história da vida de Josephina Álvares de Azevedo na historiografia. Além de termos acesso a poucas informações sobre a jornalista, encontramos dados conflitantes nas obras que a mencionam. Segundo o dicionário escrito por Augusto Blake (1970), Josephina era filha do Dr. Ignacio Manoel Álvares de Azevedo e, por isso, seria irmã pelo lado paterno do poeta Manoel Antônio Álvares de Azevedo. Ainda segundo Blake (1970), a jornalista havia nascido em Itaborahy no Rio de Janeiro, em 05 de março de algum ano do século XIX<sup>4</sup>. Maria Thereza Bernardes (1988) confirma os dados sobre a filiação e o local de nascimento de Josephina e completa informando que seu ano de nascimento foi 1851.

Souto-Maior (2000) afirma que, provavelmente, Josephina nasceu em Recife, já que

a própria jornalista forneceu essa informação em seu jornal. Em relação aos vínculos parentais dela, segundo Souto-Maior (2000, p. 485), “o autor Vicente de Azevedo entrevistou uma irmã e um primo de Álvares de Azevedo, que negaram a paternidade ilegítima de Josephina”. Além disso, Josephina escreveu em seu periódico que ela era prima de Manoel Antônio Álvares de Azevedo. Pensando nisso, Souto-Maior faz uma importante interpretação:

Portanto, embora não se possa descartar de todo a possibilidade de que, para não expor-se publicamente na condição humilhante de irmã ilegítima, a conhecida jornalista tenha preferido assumir laços menos próximos com o renomado poeta, a informação de que eles eram primos deve ser considerada senão como incontestável, sem dúvida alguma, como a mais provável (SOUTO-MAIOR 2000, p. 484-485).

Assim, Souto-Maior (2000) sugere que Josephina partiu de Recife em direção a São Paulo em 1878 e confirma que há indícios de que ela tenha sido mãe. Embora não saibamos quem foram seus filhos, se ela foi casada e onde se graduou, a memória que essa pernambucana nos legou foi bem mais relevante do que simples dados de uma vida particular. A biografia ainda obscura de Josephina Álvares de Azevedo se torna algo menor, se levarmos em consideração a ousadia de seus escritos, naquela sociedade brasileira de fins do século XIX.

## Josephina e o jornal ‘A Família’

Em 1888, Josephina Álvares de Azevedo fundou o jornal *A Família - o jornal literário dedicado à educação da mãe de família* em São Paulo; no ano seguinte o jornal foi transferido para o Rio de Janeiro. Em 1890, ela publicou em *A Família* uma comédia que se tornou peça, *O Voto Feminino*, apresentada em palco com grande público em 23 de junho de 1893 – apresentação que foi noticiada por um jornal feminino em Paris (TELLES, 2004). Segundo Souto-Maior (1997), Josephina teve um admirável senso de estratégia ao encontrar brechas para propagar sua causa; quando ela não pôde mais encenar sua peça, transformou-a num folhetim que publicava nas notas de rodapé do seu jornal.

Josephina foi abolicionista, republicana e desenvolveu intensa campanha pela emancipação da mulher. Pensava ser absurdo residir no homem o princípio da autoridade na família, pois considerava a mulher mais inteligente. Era favorável ao divórcio, ao voto e à elegibilidade da mulher, denunciava ainda a dificuldade



de uma boa educação para a mulher e confiava que logo uma igualdade semelhante à alcançada pelas norte-americanas chegaria até nós (TELLES, 2004, p. 357).

Josephina foi professora, abolicionista, republicana e, sobretudo, feminista. Segundo ela, o jornal não tinha como objetivo ensinar as mães paulistas a educar seus filhos, mas educar as próprias mães para a vida. Educá-las para uma realidade maior que iria tirá-las da sombra dos maridos. Na primeira edição do jornal, ela explicou o motivo da criação do jornal – expor e veicular suas ideais de emancipação da mulher:

Eu não pretendo, qual Joana d’Arc, de uma cruzada santa, conduzir exércitos à vitória, desfraldando o estandarte aurifulgente da legitima e sagrada – Emancipação da Mulher – porque não tenho força nem talento para tanto; mas não deixarei jamais de pensar assim e dizer francamente aquilo que penso. Não interceptemos os raios do sol com a transparência de uma cambraia. A mulher deve ser livre e equilibrada em suas funções como o homem na sociedade. [...] Além disso, é preciso ter fé e esperança no futuro, que hade amparar a causa santa da nossa *emancipação*, que é a nossa elevação moral. Mas é preciso romper desde já com o preconceito e com a estultice dos homens, que nos tem avassalado aos seus caprichos, começando por estabelecer bem positivamente as bases dos nossos direitos (A Família: 18/11/1888, p. 02).

Josephina, de fato, não iniciou uma revolta armada em favor das mulheres, mas conseguiu reunir em seu jornal diversas escritoras, vindas de várias partes distintas do Brasil, que concordavam e militavam a favor da emancipação da mulher no período. *A Família* contou também com colaboradoras internacionais, algo excepcional num período histórico onde o fluxo de informações era extremamente precário mesmo dentro do país (OLIVEIRA, 2009). As colaboradoras eram, em grande maioria, professoras que escreviam artigos de opinião pública, traduziam textos importantes franceses para a causa feminista, escreviam contos e poemas, traziam personalidades femininas transgressoras e muitas delas possuíam seu próprio jornal. O objetivo do jornal era incitar a consciência das mães de São Paulo para que elas fossem capazes de competir com os homens, a exemplo das mulheres feministas na França e da Inglaterra:

Estou certa de que caminhareis comigo na senda desta árdua propaganda, incitadas também pelo exemplo das nossas amigas que na França e na Inglaterra desfraldaram aos ventos do porvir o estandarte das nossas liberdades. A revolução que deu ao mundo a igualdade do homem teve por teatro uma das mais gloriosas nações da vetusta Europa, pode estar reservada à jovem América

a imensa glória de ser o teatro da grande conquista de nossa igualdade. Luz e progresso, é hoje uma legenda americana. Seja também nosso patrimônio bendito. É esse entusiasmo que me arroja a esta propaganda, por amor deste Brasil, que me viu nascer, e que eu desejo ver engrandecido ao apogeu de todas as glórias, e em cujo seio a mulher seja *nobre, instruída e livre* (A Família: 18/11/1888, p. 02).

E afirma sobre a luta que as mulheres deveriam travar contra os homens pelo poder:

Em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, como na direção do estado. [...] As sociedades assentam suas bases sobre dois princípios cardeais: o princípio da força e o princípio da ordem. O princípio da força é o homem, o da ordem é a mulher. [...] O homem é a negação da ordem [...]. E em abono desta opinião eu vos trarei um exemplo muito vulgar – o governo de uma casa. [...] ele não é capaz de governar uma casa, que se compõe de algumas pessoas (A Família: 18/11/1888, p.01).

Em relação à linguagem empregada por Josephina em seus editoriais, ela discursava sobre qualquer tema, com frases curtas e claras. O jornal apontou por diversas vezes que o Brasil estava atrasado em relação à condição social da mulher. Assim, com o objetivo de disseminar socialmente a igualdade entre os gêneros e romper com os preconceitos estabelecidos socialmente, o jornal traz em 1888 o seguinte artigo:

Ainda que países de adiantada civilização como a Inglaterra e outros, sejam de opinião geral que as faculdades intelectuais, todas aptidões da mulher são das mais próprias para desempenhar os árduos trabalhos de oficina nas grandes administrações, sendo também capaz de elevar-se pelo pensamento ao nível do homem; nada há porém mais difícil do que destruir-se a barreira tenaz dos preconceitos estolidos, das convenções errôneas da sociedade; que levanta-se sempre com todas as suas resistências, para o retardamento de qualquer ideia civilizadora de grande alcance social (A Família: 22/12/1888, p. 02).

As principais referências internacionais de *A Família* eram a Inglaterra, a França e os EUA; por diversas vezes eles foram citados no jornal. Na época, esses países eram focos que irradiavam os ideais feministas e, neles, as mulheres já haviam alcançado algum espaço dentro das Universidades, dos setores públicos, das áreas da saúde e outras áreas. Segundo Oliveira (2009, p. 36), “*A Família* e tantos outros jornais da época traziam dos países europeus exemplos que deveriam ser implantados no Brasil, tanto através de exemplos práticos do cotidiano quanto personalidades de mulheres à frente de seu

tempo”.

Josephina trouxe nas páginas de seu jornal nomes importantes para o movimento feminista da época como *Madame de Staël*, *Nathalie de Lajolais* e *Marquesa de Alorna*. Além disso, no jornal há também os escritos e a biografia de mulheres europeias subversivas que serviam para tornar mais sólido os argumentos das colaboradoras brasileiras e concretizar que a mulher era capaz de ser dona do próprio destino. Nesse sentido, *A Família* se tornou uma ponte trazendo as conquistas feministas fora do Brasil para o conhecimento das brasileiras.

Nos países em que o movimento feminista se mostrava mais ativo, algumas conquistas femininas que ainda faltavam no Brasil, já haviam sido conquistadas. Num exemplo citado pela colaboradora Maria Amália em 1888, a Inglaterra já havia aceitado a concepção de que a mulher possuía a mesma capacidade que o homem a ponto de permitir sua entrada nos setores públicos:

Foi em 1870 que o governo inglês pôs em prática a ideia de utilizar os serviços da mulher nas repartições do estado e ordenou que se fizesse o primeiro ensaio nesse sentido. 700 moças foram empregadas nas repartições do correio quando se estabeleceu o serviço telegráfico, e desde então tem continuado a desempenhar admiravelmente a manipulação dos aparelhos elétricos e o serviço geral das repartições. [...] O satisfatório êxito obtido pela prática nas repartições do correio, com o emprego da mulher no desempenho da mulher nos diferentes cargos fez com que se utilizassem os seus serviços em outros ramos de administração pública, o induziu muitos estabelecimentos comerciais a seguir este exemplo (*A Família*: 08/12/1888, p. 08).

Na Irlanda existe uma grande associação de senhoras, dirigida por Anna Parnell, a qual tem por fim trabalhar pela autonomia irlandeza de acordo com a Liga Agrária. No Brasil, existe uma sociedade de dança, dirigida por senhoras. Sempre é alguma coisa! (*A Família*: 08/12/1888, p. 08).

Muitos republicanos do período viam a mulher como um ser emocionalmente frágil e instável, cuja única vocação natural era a dedicação ao lar. O sexo foi a argumentação principal dos republicanos. Para eles, o sexo determinava geneticamente a natureza de todas as mulheres; não importava se a mulher havia estudado ou se graduado em algum curso de nível superior, ela seria apenas uma mulher cujo destino natural era ser mãe e esposa (OLIVEIRA, 2009). Sobre estes preconceitos sociais, juntamente com a luta sufragista, Josephina escreveu o artigo intitulado *O Direito do voto*:

Por que? Seremos por ventura na ordem dos fenômenos humanos uns monstros de natureza a não podermos utilizar a supremacia das nossas faculdades morais? [...] Se pelos atributos que, de há tempos, se tem reconhecido na mulher, hoje já podemos adquirir uns tantos foros sociais, exercer determinadas funções na vida exterior, claro está que as nossas aptidões não podem ser delimitadas pelos preconceitos de sexo, principalmente, nos casos com que tenhamos de afirmar a nossa soberania pelo direito do voto. O direito de votar não pode, não deve, não é justo que tenha outra restrição além da emancipação intelectual [...] Ainda mesmo (o que não admito) que não tenhamos o direito de ser votadas, devemos possuir o de voto, isto é, o de livre e conscienciosa escolha d'aqueles que sejam chamados a reger os destinos da sociedade em que vivemos [...] (A Família: 07/12/1889, p. 06).

Josephina defendia ferrenhamente que a emancipação das mulheres só viria de fato através da instrução das mesmas. Mas o que significava emancipação, para ela? A jornalista esclareceu que emancipar era ter igualdade de direitos, de acordo com as aptidões de cada um. Para ela, a única limitação imposta ao indivíduo, ao exercer atividades materiais e morais, era somente sua competência. Portanto, o sexo não impedia a mulher de tornar-se colaboradora do progresso social e de possuir os mesmos direitos que os homens (A Família: 18/11/1888). A instrução, para Josephina, seria um instrumento importante para alcançar todos os outros direitos:

A primeira condição essencial da emancipação das pessoas é a instrução. Instruída a mulher, todos os direitos se lhe antolham com o da posse razoável de todos os seres da espécie. A lei restritiva não lhes parece senão como um despotismo tirânico da força contra o direito, do homem sobre a mulher. E a mulher será instruída e emancipada, com todos os direitos inerentes às personalidades humanas, ou não será instruída e, por conseguinte, tornada inferior pelo egoísmo dos seus semelhantes, o que é uma monstruosidade. Repito: – A emancipação da mulher é um direito concernente à sua instrução. Mulher instruída é mulher emancipada. Instruída, porém conservála atada a todas as penas da ignorância, da superstição e da inferioridade social é absurdo preconceito que não pode senão produzir males sociais (A Família: 14/12/1889, p. 01).

Além de incentivar as mulheres leitoras a estudarem de maneira direta, o jornal se tornou um porta-voz que publicava e informava às pessoas sobre as conquistas femininas em vários lugares do país:

Na Faculdade de Direito do Recife terminaram o respectivo curso, devendo receber em breve o grau de bacharel em ciências sociais e jurídicas, as Exmas,

sras. DD Palmira Secundina da Costa, Maria Fragoso e Maria Coelho da Silva Sobrinho. São estas as primeiras senhoras que no Brasil se formam em Direito. Que tenham muitas imitadoras é o que sinceramente almejamos. [...] A ilustre senhora rio-grandense, Doutora Rita Lobato, abriu seu consultório médico na cidade de porto alegre. [...] Está na Corte a illustre cirurgian dentista, Doutora Isabel Mattos Dillon, que segundo nos consta vae alli abrir o seu gabinete (A Família: 18/11/1888, p. 08).

A educação feminina de qualidade foi a principal pauta de militância da jornalista. Em cada edição do jornal, ela trazia novos argumentos para sustentar sua bandeira, mas a situação das mulheres não era satisfatória. A escritora chegou a assumir que se envergonhava do alto índice de analfabetismo das mulheres de seu período (A Família: 02/03/1889). Na edição do dia 30 de março de 1889, a jornalista utilizou trechos de um texto de Jorge Pinto para mostrar que as mulheres do Brasil possuíam muita beleza exterior, mas tinham grande defasagem intelectual.

Naquela época, muitos alegavam que a instrução era desnecessária e perigosa para as mulheres, por isso, muitas delas se mantinham afastadas dos estudos. Josephina não compreendia como, até aquele momento, a mulher permanecia vítima do egoísmo masculino e como os homens não percebiam que a educação sólida da mulher refletiria diretamente no aprimoramento do próprio homem e da pátria (A Família: 30/03/1889).

Outra pauta abordada frequentemente por *A Família* era o trabalho feminino. Para as escritoras do jornal, a emancipação da mulher viria através dos estudos e do trabalho remunerado e seria um passo a mais para o processo de evolução da sociedade como um todo. Na coluna *O Trabalho das Mulheres*, Maria Vaz de Carvalho, uma das colaboradoras mais assíduas do jornal, tenta convencer as mulheres que o trabalho é importante para a alma e as dignificaria:

Trabalhar é ser útil, é ocupar o seu espírito, é adquirir conhecimentos ou espalhá-los em torno de si, é concorrer para o bem-estar dos outros e para o seu aperfeiçoamento próprio. [...] O tempo que passamos no barulho vazio das festas mundanas, colhendo decepções e rancores, excitando invejas, provocando sensuais aplausos, porque o não gastamos a ler, a estudar, a penetrar no mundo da natureza e no mundo da ciência em todos os seus aspectos tão vários [...]. O primeiro passo para que este deplorável estado de coisas melhore um pouco, é que as mulheres comecem a trabalhar, ajudem seu marido sem se envergonharem da sua honesta pobreza, e todas sem excetuar qualquer posição social, ocupem o tempo para não darem lugar às tentações da vaidade, aos sonhos mórbidos que enfraquecem o corpo e o espírito, às negras horas dissolventes do tédio (A Família: 02/03/1889, p. 07).

Embora não fosse abordado pelo jornal, é importante ressaltar que as mulheres das camadas populares sempre trabalharam, tanto no contexto rural quanto no urbano. Crenças como: *mulheres não trabalham* ou *o trabalho pesado não é adequado ao sexo feminino*, junto com os estereótipos de invisibilidade do trabalho doméstico e a romantização da vida materna significando-a como algo instintivo e emanado de amor, são oriundas da Era Vitoriana (1838-1901) no Reino Unido que se difundiram pela Europa, principalmente entre as mulheres letradas, da elite e da burguesia (BAXANDALL, 1976; SOIHET, 1997).

Além do trabalho doméstico, uma série de trabalhos essenciais remunerados ou não, eram desenvolvidos pelas mulheres menos elitizadas, como o trabalho no campo, a costura, o modismo e a criação dos filhos. Algumas mulheres realizavam os partos e eram reconhecidas socialmente por parteiras, outras ajudavam nas despesas de casa com a criação e venda de galinhas, ovos e vegetais, manufaturavam e vendiam bebidas alcoólicas, penhoravam, aceitavam pensionistas e durante o período industrial, cuidavam de crianças para que outras mulheres pudessem trabalhar (KESSLER-HARRIS, 1981; STRASSER, 1982).

Já durante o ciclo do café no Brasil, a costura de sacos cafeeiros realizados à mão por mulheres paulistanas dentro do próprio lar (MATOS, 2004) foi um trabalho essencial para o setor econômico da época. Em relação à escravidão, as mulheres negras escravas estavam sujeitas às mesmas condições que os escravos negros: trabalho pesado, severas punições, atos de resistência cotidiana e rebeliões organizadas, a única diferença era a vulnerabilidade para a violência sexual. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas e punidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016).

Para Davis (2016) a categoria “mulher” pode ser uma cilada, se despojada do seu contexto racial e de classe. Quando a ideologia da feminilidade, um subproduto da industrialização, foi popularizada e disseminada através das revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas fora da esfera do trabalho produtivo, mas isso não aconteceu com as mulheres negras.

A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do

que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante (DAVIS, 2016, p. 30).

O jornal *A Família* circulou até 1898. Em vários momentos o jornal passou por sérios problemas financeiros devido ao pequeno número de leitores, já que seu teor era puramente feminista (OLIVEIRA, 2009). Em algumas publicações, Josephina reclamou da pouca importância que as mulheres davam a seu jornal e da incompreensão de seu trabalho:

Há algumas senhoras, porém, que não compreendendo a verdadeira sublimidade da minha tarefa, tem me recebido com um certo ar de indiferença que me compunge sinceramente, e recusando a assinar a minha revista, pretextando, o serem assinantes de outros jornais, e não verem necessidade na aquisição d’ A Família ( *A Família*: 20/02/1890, p. 01).

O baixo número de compradores de *A Família* não é necessariamente uma prova histórica de que o conteúdo que nele estava escrito era pouco disseminado na sociedade. Segundo Chartier (2001), a leitura nos séculos passados era uma prática social, o que difere bastante da cultura individual de leitura que temos nos dias atuais. Devido ao alto índice de analfabetismo na população, e muitas vezes, o alto valor dos manuscritos, nos meios urbanos os impressos eram manuseados de maneira coletiva onde a leitura em voz alta para multidões ou pequenos grupos era uma prática muito frequente (CHARTIER, 2001).

Assim, mesmo com o baixo número de compradores, *A Família* foi um jornal importante para a circulação das ideias feministas no Brasil durante o final do século XIX e Josephina Álvares foi uma das primeiras mulheres a lutar em prol dos direitos femininos no Brasil (OLIVEIRA, 2009). A escritora deixou poucos registros sobre sua trajetória pessoal, a maior parte de seus registros se refere à sua ideologia feminista. Porém, é notório que o jornal *A Família* alcançou certo prestígio social e conseguiu difundir seus ideais de maneira satisfatória para o período em que circulava, sendo lido inclusive pelo Imperador Dom Pedro II:

No dia imediato ao da minha chegada tive a honra de ser recebida por S.M. o Imperador, o qual depois de conversar comigo a respeito do meu falecido primo e poeta Álvares de Azevedo, declarou-se protetor de minha revista e louvou-me pela missão que tomei sobre meus ombros. Dalí, dirigi-me ao palácio S. A. Princesa Isabel a qual tomou um regular número de assinaturas com o que protegeria a minha publicação (A Família: 23/02/1889, p. 02).

## Considerações finais:

O jornal *A Família* fundado por Josephina Álvares de Azevedo possui um grande valor para a História das mulheres no Brasil. Além de mostrar alguns traços da situação sociocultural do Brasil no final do século XIX, o jornal deixou registradas as lutas e conquistas das feministas da primeira onda no país. Através das páginas do periódico, podemos assistir à participação das mulheres durante a queda do regime monárquico brasileiro, o sonho de igualdade social que a ideologia republicana disseminava e os obstáculos, muitas vezes impostos pelas próprias mulheres acomodadas com sua posição social secular.

O jornal também foi uma porta importante para a escrita feminina do período. Ao adentrar no universo jornalístico tradicionalmente masculino, além de romper com os limites do privado, as mulheres letradas utilizaram o jornal como um meio de politização do cotidiano feminino, se inserindo gradualmente nos debates políticos da época e lutando por seus direitos. O periódico se transformou em um veículo onde essas mulheres se expressavam, construíam seus pontos de vista e suas representações sobre si mesmas, tornando sua “fala” pública e, em alguns casos, mobilizadora.

A rede de contatos criada pelo jornal *A Família* foi algo inusitado para a época. Josephina conseguiu, mesmo com toda a precariedade dos meios de comunicação do século XIX, montar uma rede de colaboradoras feministas vindas de norte a sul do país. É possível encontrar a colaboração literária de mulheres do Rio Grande Sul a Pernambuco, por exemplo, concluindo que os avanços das ideias feministas não se concentravam apenas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O jornal *A Família* poderia ter sido mais um entre tantos outros circulantes no período que abordava apenas as questões do comportamento feminino. Poderia ter sucumbido às necessidades financeiras ou às pressões sociais, e deixar de lado o seu objetivo principal, como fizeram tantas jornalistas da época. Ainda para sustentar seu jornal, Josephina Álvares de Azevedo poderia ter cedido espaço a uma coluna de moda ou culinária, mas ela preferiu fechar seu jornal no ano de 1898, a permitir que isso acontecesse.



A postura do jornal foi a mesma desde o início de sua circulação até o final. O objetivo era claro: lutar pela emancipação das mulheres, incentivar as conquistas femininas e usar das letras como estratégia de militância para a luta dos direitos das mulheres.

## Notas

1. *Mulher instruída, Mulher emancipada*. Lema proposto pela Jornalista Josephina Álvares de Azevedo em seus artigos.
2. *Mulher de Letras*. Forma como ficou conhecida à militância feminista na *primeira onda* devido às quatro formas de inserção social do período: magistério, os salões, os jornais e a epistolografia.
3. O acervo do jornal *A Família* se encontra disponível para acesso e pesquisa no site *Hemeroteca Digital* da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 03 de Outubro de 2019, às 11:23.
4. XIX. Porém, no jornal *A Família* (09/05/1891 p.2), há a informação recorrente de que o aniversário de Josephina era dia 5 de maio.

## Referências

- ALSINA, Miquel Rodrigo. *A Construção da Notícia*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.
- ALVARES, Josephina A. *A Família*, São Paulo, ano I, nº 13, 23 fev. 1889.
- ALVARES, Josephina A. *A Família*, São Paulo, ano I, nº 14, 02 mar. 1889.
- ALVARES, Josephina A. *A Família*, São Paulo, ano I, nº 18, 30 mar. 1889.
- ALVARES, Josephina A. *A Família*, São Paulo, ano I, nº 2, 08 dez. 1888.
- ALVARES, Josephina A. *A Família*, São Paulo, ano I, nº 41, 07 dez. 1889.
- ALVARES, Josephina A. *A Família*, São Paulo, ano I, nº 42, 14 dez. 1889.
- ALVARES, Josephina A. *A Família*, São Paulo, ano I, nº 49, 20 fev. 1890.
- ALVARES, Josephina A. *A Família*, São Paulo, ano I, nº I, 18 nov. 1888.
- BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete P.. Memórias das Lutas Feministas no Brasil. In: *Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, 2010.
- BAXANDALL, Rosalyn; GORDON, Linda; REVERBY, Susan. *America's working women: a documentary history 1600 to the Present*. Nova York: Random House, 1976.
- BERNARDES, Maria Theresa C. C.. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – século XIX*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.
- BLAKE, Augusto V. A. S. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol. 5. Rio de Janeiro:

Conselho Federal de Cultura, 1970.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAPELATO, Maria Helena R.. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CASADEI, Eliza B. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. *Revista ALTERJOR*, Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP), ano 02, v. 01, ed 03, jan/jun 2011.

CASTRO, Mary G. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, n. 11, São Paulo, p. 98-108, 2000. (Dossiê Marxismo e Feminismo).

CHARTIER, Roger; ROSA, Ernani. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

COSTA, Ana Alice A. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, Hildete P. et al (ORG). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

\_\_\_\_\_; SARDENBERG, Cecília Maria B. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). *Mulher e Relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.

\_\_\_\_\_; SARDENBERG, Cecília Maria B. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B (ORG). *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, Suely G.. Onda, rizoma e sororidade como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos. (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). *Revista IINTERThesis*, Florianópolis, v. 6, n. 2, 2009.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe* [recurso eletrônico]; 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2016.

DEDECCA, Edgard S. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DUARTE, Constância L.. Feminismo e Literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 81-90, 2003.

GOMES, Gisele A. *Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil dos oitocentos, 1827-1846*. 2009, 140f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto De Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

HAHNER, Jane E. *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850 1937*. São

Paulo: Brasiliense, 1981.

KESSLER-HARRIS, Alice. *Women have always worked: historical overview*. Nova York: Feminist Press, 1981.

MARQUES, Teresa C. N. Elas Também Desejam Participar da Vida Pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. In: MELO, Hildete P. et al (ORG). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

MATOS, Izilda M. História das Mulheres e Gênero: usos e Perspectiva. In: MELO, H. P et al (ORG). *Olhares Feministas*. Brasília : Ministério da Educação : UNESCO, 2006.

MUZART, Zahidé. Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar. In: MOREIRA, Eunice Maria (Org.) *História da Literatura, teorias, temas e autores*. São Paulo: Mercado Aberto, 2003.

OLIVEIRA, Karine R. *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa - FBN/MinC, 2009.

PEDRO, Joana M.. O Feminismo de “Segunda Onda”. Corpo, Prazer e Trabalho. In PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M.(Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2013.

PEDRO, Joana M. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. História, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Celi Regina J. *Feminismo, História e Poder*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, vol. 18, nº 36, Jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em 05 jun. 2019.

PINTO, Celi Regina J. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Labryz, *Estudos Feministas*, Brasília. n. 3, jan./jul., 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>> Acesso: 6 fevereiro 2019.

SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

SOIHET, Rachel. Feminismo ou feminismos? Uma questão no Rio de Janeiro nos anos 1970/1980. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7, Florianópolis, 2006 (Simpósio Temático: Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX).

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUTO MAIOR, Valéria A. A Intuição Feminina do agit-prop no teatro brasileiro em fins do século XIX. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 5, n.3, 1997.

SOUTO MAIOR, Valéria. Josefina Álvares de Azevedo. In: MUZART, Zahidé L. (org). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

STRASSER, Susan. *Never done*. A history of american housework. Nova York: Pantheon Books, 1982.

TELLES, Maria Amélia A. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: PIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. – São Paulo : Contexto, 2004.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TILLY, Louise. *Gênero, história das mulheres e história social*. Artigo publicado com o título: "Genre, histoire des femmes et histoire sociale", *Gêneses*2. 1990. Traduzido por Ricardo Augusto Vieira.

VANIN, Iole M. Feminismo Verso "Anti-feminismo" Embates Baianos. In: BONNETI, Alinne; SOUZA, Ângela M. F. L. (Org.). *Gênero, Mulheres e Feminismos*. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2011.

ZICMAN, Renée B.. História Através da Imprensa – Algumas Considerações Metodológicas. *Revista História e Historiografia*. São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun. 1985.

ZIRBEL, Ilze. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate*. 212 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

Recebido em 16 de agosto de 2018

Aceito em 19 de dezembro de 2019